

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT04.011](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT04.011)

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO SOB A PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA

Jussara Maria Tavares Puglielli Santos

Pós-Doutora em Educação, Professora Associada IV do Departamento de Planejamento e Administração Escolar (DEPLAE) do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), jades@uol.com.br

RESUMO

No presente artigo apresentam-se os resultados de um levantamento de textos acadêmicos relacionados à organização do trabalho pedagógico na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, no período 2010-2020, iniciando logo após a comemoração dos 30 anos de existência da referida pedagogia e findando no ano posterior ao seu 40º aniversário. A realização de tal levantamento justifica-se por duas razões: 1. os resultados obtidos em uma pesquisa relacionada à produção acadêmica sobre organização do trabalho pedagógico sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, encerrada, reafirmou a, já constatada, crescente produção acadêmica a ela relacionada, incluídos a organização do trabalho pedagógico e o ensino dos conteúdos escolares; 2. a compreensão do significado do esforço coletivo voltado à ampliação da produção acadêmica sob a perspectiva da referida pedagogia, apontando rumos para superação da visão hegemônica sobre a escola e a organização do trabalho pedagógico. Foram identificados doze textos (dez artigos publicados em periódicos nacionais, um capítulo de livro e uma dissertação de mestrado), a partir da pesquisa no site google acadêmico, tomando como termos de pesquisa: a organização do trabalho pedagógico e a Pedagogia Histórico-Crítica; o planejamento e a Pedagogia Histórico-Crítica; a avaliação e a

Pedagogia Histórico-Crítica e a formação continuada de professores e a Pedagogia Histórico-Crítica. A apresentação dos resultados, nesse texto, os agrupa em três consideradas dimensões da organização do trabalho pedagógico: o planejamento curricular; a avaliação do processo ensino aprendizagem e a formação continuada de professores. Após dar destaque ao conteúdo dos resumos e da estruturação argumentativa dos artigos, duas conclusões se revelaram: 1. está presente, na maioria dos casos, ainda que de forma diferenciada, a explicitação dos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, orientando a contribuição dos autores; 2. importante parcela dos textos traz à tona a análise crítica das orientações presentes nas políticas educacionais; 3. mostra-se diversificado o grau de elaboração propositiva apresentado.

Palavras-chave: Pedagogia Histórico Crítica; Organização do Trabalho Pedagógico; Organização do Trabalho Pedagógico sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica.

INTRODUÇÃO

Nos últimos quarenta anos, no mínimo, têm-se assistido a crescente presença, também no Brasil, de políticas educacionais neoliberais (FREITAS, 2018), orientadas por princípios conservadores do ponto de vista político, com a finalidade de “inocular na escola pública a visão do mundo do empresariado” (MARTINS; KRAWCZIK, 2018, p. 06), seja nas diretrizes para a seleção e organização do conteúdo escolar; seja na organização do trabalho pedagógico dos sistemas de ensino e de suas redes de escolas.

Tais orientações têm se manifestado nas reformas operadas por sistemas de ensino estaduais e mesmo municipais, no Brasil, em nome de uma qualidade de ensino considerada passível de ser aferida por testes padronizados, com as quais não há possibilidade de conciliação. Nesse sentido, observa-se importante produção acadêmica crítica sobre essa temática, sendo exemplos: HIPÓLITO (2011); SILVA (2014); DUZI (2017); SILVA (2018); SILVA (2019) e RAIMANN; CHAVES (2020).

Graças ao esforço coletivo, tem se mostrado, também crescente a produção acadêmica voltada a ampliar e aprofundar os estudos sobre a Pedagogia Histórico-Crítica. Esforço esse enaltecido, por exemplo, em diferentes publicações como as de Saviani (2011; 2012; 2019) e Marsiglia (2016).

E é sobre parte dessa produção que se refere o conteúdo do presente texto, que se volta aos resultados de um levantamento de textos acadêmicos relacionados à questão da organização do trabalho pedagógico sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica, no período 2010-2020.

O trabalho pedagógico e a questão de sua organização são aqui compreendidos à luz de uma específica leitura do que constitui a Pedagogia, segundo explicitação de Saviani (2007)

Em sua trajetória multissecular, a característica mais saliente da pedagogia pode ser identificada na relação teoria-prática. Entendida como “teoria da educação” evidencia-se que ela é uma teoria da prática: a teoria da prática educativa (...). Na verdade, o conceito de Pedagogia se reporta a uma teoria que se estrutura a partir e em função da prática educativa. A pedagogia,

como teoria da educação, busca equacionar, de alguma maneira, o problema da relação educador - educando, de modo geral, ou, no caso específico da escola, a relação professor aluno, orientando o processo ensino - aprendizagem. (SAVIANI, 2007, p. 102).

Assim sendo, pode-se considerar que o trabalho pedagógico abrange o trabalho diretamente educativo, aquele relacionado ao processo de constituição, em cada sujeito singular, como que uma segunda natureza, uma vez que implica a socialização do conhecimento científico/filosófico/artístico, como afirmou o mesmo o autor em texto publicado em 2005.

Nesse sentido, Saviani (1985, p. 28) indicou: “o pedagogo escolar é aquele que domina sistemática e intencionalmente as formas de organização do processo de formação cultural que se dá no interior das escolas”. Caberia destacar que o referido autor, também nesse texto específico, já ressaltava a importância de se resgatar a escola para a realização plena de sua razão histórica, questão essa por ele reafirmada (SAVIANI, 2012) em um texto no qual discute “o papel do pedagogo como articulador do trabalho pedagógico na sociedade do capital.”

Não há, pois, como falar em organização do trabalho pedagógico sem considerar que, também em relação a ele, não há neutralidade possível. Isso porque a “organização do processo de formação cultural”, conforme salientado anteriormente, não se faz senão numa perspectiva praxica, decorrente da própria compreensão da Pedagogia como ciência da educação: uma “teoria da prática” (SAVIANI, 2007). É, pois, a “teoria da prática educativa” o primeiro determinante da organização do trabalho pedagógico. Nesse sentido, Saviani, quando se refere à “determinação pela educação”, afirma: “são os objetivos educativos que determinam a seleção dos saberes que deverão compor a organização dos currículos” (SAVIANI, 2016, 71).

Assim, de acordo com Duarte, (2018)

A importância dos conteúdos escolares para o aumento do campo de escolhas dos indivíduos das novas gerações conecta-se ao fato de que esses conteúdos nada mais são do que experiência humana acumulada e sintetizada nas ciências, nas artes e na

filosofia. Ao se apropriar desses conteúdos, os alunos estão incorporando à sua atividade, sua vida e sua individualidade, condensações da experiência social. Dessa maneira o indivíduo desenvolve a capacidade de agir guiado não apenas por percepções imediatas da realidade ao seu redor, mas pela compreensão das conexões não visíveis entre processos e fenômenos. Isso se aplica à compreensão do movimento tanto da natureza, quanto da sociedade. Não é por acaso que os obscurantistas atacam as ciências da sociedade e também as ciências da natureza, além, é claro, da filosofia e das artes. (DUARTE, 2018, 144).

No presente trabalho, defende-se, pois, que é a pedagogia histórico-crítica aquela que pode orientar a organização do trabalho de humanização realizado, particularmente, no espaço da escola pública, a assegurar plenamente o acesso das camadas populares à herança cultural, resultado da produção coletiva da humanidade, em especial em tempos de hegemonização da reforma empresarial da educação (FREITAS, 2018).

As indicações feitas por Saviani (2012) sobre a Pedagogia Revolucionária, no livro *Escola e Democracia*, incluíam, desde o princípio, todos os elementos que importam quando se pensa a organização do trabalho pedagógico sob a perspectiva histórico-crítica:

o reconhecimento da escola como a forma ainda dominante de educação; a compreensão de sua importância histórica e de sua função social"; o empenho em que ela possa funcionar bem; a não indiferença ao que acontece em seu interior; o estar interessada em métodos de ensino eficazes que: estimularão a atividade e a iniciativa dos alunos, sem abrir mão da iniciativa do professor, favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente", levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de assimilação dos conteúdos cognitivos". (SAVIANI, 2012, p. 69)

No entanto, Saviani (2005) indica que há mais a ser considerado. Ele destaca quão importante se faz considerar a dimensão da materialidade, uma vez que “a ação educativa (...), desenvolve-se a partir e em condições também materiais”. Isso porque, para ele, faz-se necessário também “pensar a teoria a partir da prática, porque a prática é o fundamento da teoria, seu critério de verdade e sua finalidade, isto significa que o desenvolvimento da teoria depende da prática”. (SAVIANI, 2005, p. 107)

Assim, pode-se considerar que a organização do trabalho pedagógico efetivado no âmbito das escolas é perpassada por inúmeros determinantes de sua materialidade, afinados, entre si, pelas perspectivas pedagógicas hegemônicas. Importa considerar, em primeiro lugar, os oriundos de determinações macro, tais como as: orientações das agências internacionais de educação; o grau de priorização da educação na proposta e ações do governo; a legislação nacional; as normas dos sistemas de ensino; as condições infra estruturais físicas e pedagógicas das redes de escolas administradas pelos diferentes sistemas de ensino; o montante de recursos destinados ao financiamento do ensino, bem como a lógica que orienta tal financiamento; as políticas educacionais, em particular a de currículo, sua forma de definição e execução; a formação dos profissionais da educação; as diferentes formas de contratos de trabalho dos profissionais da educação independentemente do nível da administração pública de ensino e sua relação com as condições de trabalho existentes e o sistema nacional de avaliação externa do trabalho educativo. Não menos decisivos são os determinantes que podem ser considerados micro na medida em que compõem, também decisivamente, a ação pedagógica realizada em cada uma das escolas, tais como: o nível socioeconômico da população usuária da escola, sua condição de vida e de acesso aos bens econômicos e culturais; as estratégias definidas na relação da escola com a população dela usuária; a formação inicial e continuada dos trabalhadores da educação que nela atuam, assim como suas condições de trabalho e sobrevivência, conformadoras, em grande parte, de sua visão de mundo; as condições da infraestrutura física e pedagógica da escola, incluindo, aí, a disponibilização e atualização dos recursos tecnológicos à disposição da ação educativa escolar; as formas como se efetivam as relações pedagógicas no âmbito

escolar e com a mantenedora e suas orientações para o respectivo sistema de ensino; além das comezinhas relações interpessoais no ambiente de trabalho.

Nesse mesmo sentido, Veiga et al (2018) consideram que a autonomia das instituições escolares se configura relativa. Assim sendo, é possível considerar que o grau de autonomia das instituições escolares indique um segundo determinante da organização do trabalho pedagógico.

Para além desses dois considerados importantes determinantes da organização do trabalho pedagógico, há de se considerar o processo de democratização das instituições escolares públicas.

No que tange à defesa dos princípios democráticos orientadores da organização do trabalho pedagógico escolar, há uma importante referência: o reconhecimento manifesto por Coutinho (2002, p. 17) relativamente à democracia ser entendida como processo e não como um estado. Assim sendo, o processo de democratização pressupõe a crescente e contínua ampliação dos espaços de exercício coletivo de tomada de decisões.

Nessa condição, pode-se considerar que o processo de democratização assume dimensão humanizadora, pedagógica, particularmente em sociedades, como a nossa, profundamente cindidas em termos econômicos e sociais, de larga tradição autoritária, inseridas periféricamente num regime de produção, cuja ideologia prega, por meio de todos os recursos e de diferentes formas tecnológicas de persuasão de massa, a centralidade da individualidade: o indivíduo como o único responsável por seu destino.

Parte-se, pois, do pressuposto de que a defesa da democratização da organização do trabalho pedagógico se configura como uma exigência da aprendizagem, do exercício, da forma coletiva de tomada de decisões substantivas que, no caso da educação, estão determinadas pela especificidade do trabalho educativo: “o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”(SAVIANI, 2005, p. 13).

Em decorrência, é possível afirmar que a democratização da organização do trabalho pedagógico tem como referência a construção da igualdade, assim como afirmou Fernandes (1989, p. 159): “Carecemos com premência da democracia. Mas de uma democracia

que não seja o tûmulo do socialismo e dos sonhos de igualdade com liberdade das classes trabalhadoras e dos oprimidos”.

No entanto, há mudanças que demarcam contemporaneamente o significado da democracia: “a política mudou de lugar”, conforme indicou IANNI (1997), mas não só, restringiu-se “ao cumprimento de regras formais, que, de resto, excluem explicitamente a ideia de soberania popular”, para lembrar as reflexões de Coutinho (COUTINHO, 2002, p.19) sobre a democracia. Para ele, a “versão minimalista da democracia” significa que, embora o povo vote, em geral para escolher entre elites, a tomada de decisões substantivas, as mais importantes, acerca de todas as questões fundamentais para a vida material e imaterial do povo está alijada de suas mãos (COUTINHO, 2002). Para dar a dimensão política desse fenômeno, Oliveira (2018, p. 131) afirma: “o capitalismo globalitário avassala todas as instituições, rompe todos os limites, dispensa a democracia”.

Assim sendo, não é sem porquê que as reformas produtivistas/ “gerencialistas”, que assolam a educação brasileira em todo seu território, comprovam, com suas práticas, o crescente secundarizar, para dizer o menos, das condições do exercício democrático no âmbito das escolas (SANTOS, 2016), dada, por certo, a incompatibilidade entre “alinhamento” e exercício democrático.

A explicitação dessa compreensão de organização do trabalho pedagógico sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica teve a finalidade de compor o “quadro conceitual” acerca da relação estudada de modo asustentar as razões justificadoras da escolha da temática, bem como o caminho analítico perseguido.

METODOLOGIA

Especialmente, na última década tem se mostrado crescente a produção acadêmica voltada a ampliar e aprofundar os estudos sobre a Pedagogia Histórico-Crítica, fato esse enaltecido, por exemplo, em diferentes publicações, como as de Saviani (2011; 2012; 2019) e Marsiglia (2016). Segundo esses autores, essa crescente produção resulta do esforço coletivo, intencionalmente organizado, de estudiosos e pesquisadores movidos pelo compromisso de contribuir com o desenvolvimento e difusão da Pedagogia Histórico-Crítica.

E é sobre parte dessa produção que se refere o conteúdo do presente texto, que se justifica, principalmente, por duas razões: 1. em decorrência dos resultados obtidos em uma pesquisa relacionada à produção acadêmica sobre organização do trabalho pedagógico sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, encerrada, que reafirmou a, já constatada, crescente produção acadêmica a ela relacionada, incluídos a organização do trabalho pedagógico e o ensino dos conteúdos escolares e 2. pela a compreensão do significado do esforço coletivo voltado à ampliação da produção acadêmica sob a perspectiva da referida pedagogia, apontando rumos para superação da visão hegemônica sobre a escola e a organização do trabalho pedagógico.

No presente artigo apresentam-se, pois, os resultados de um levantamento de textos acadêmicos relacionados à organização do trabalho pedagógico na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica no período 2010-2020, iniciando logo após a comemoração dos 30 anos de existência da referida pedagogia e findando no ano posterior ao seu 40º aniversário.

Foram identificados doze textos (dez artigos publicados em periódicos nacionais, um capítulo de livro e uma dissertação de mestrado), a partir da pesquisa no site Google acadêmico, tomando como termos de pesquisa: a organização do trabalho pedagógico e a Pedagogia Histórico-Crítica; o planejamento e a Pedagogia Histórico-Crítica; a avaliação e a Pedagogia Histórico-Crítica e a formação continuada de professores e a Pedagogia Histórico-Crítica. A apresentação dos resultados, nesse texto, os agrupa em três consideradas dimensões da organização do trabalho pedagógico: o planejamento curricular; a avaliação do processo ensino aprendizagem e a formação continuada de professores. Após dar destaque ao conteúdo dos resumos e da estruturação argumentativa dos artigos, três principais conclusões se revelaram: 1. está presente, na maioria dos textos acadêmicos considerados, ainda que de forma diferenciada, a explicitação dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica, orientando a contribuição dos autores; 2. importante parcela dos textos traz à tona a análise crítica das orientações presentes nas políticas educacionais; 3. mostra-se diversificado o grau de elaboração propositiva apresentado.

Quanto à organização do presente texto, importa considerar que a introdução é composta, em sua maior parte, pela explicitação da compreensão assumida sobre a relação entre o trabalho pedagógico e sua organização sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, elaborada a partir do resgate de indicações feitas, principalmente, em diversas obras de Saviani, referenciadas no corpo do texto, podendo ser considerada o “quadro conceitual” referente à relação estudada. Após o detalhamento metodológico, tomam-se os resultados do levantamento realizado: indicam-se os autores, os títulos, a publicação, o ano e os elementos resgatados dos resumos das publicações consideradas, de forma a demonstrar os conteúdos destacados pelos referidos autores em sua contribuição à análise das diferentes dimensões da organização do trabalho pedagógico escolar. Nas considerações finais, busca-se indicar, a partir da análise dos resumos dos textos e da estruturação argumentativa dos artigos, o que, no conjunto deles, se destaca relativamente aos fundamentos da pedagogia histórico-crítica, à crítica às políticas educacionais e ao grau de elaboração propositiva apresentada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

OS TEXTOS SELECIONADOS: O QUE DIZEM SOBRE CURRÍCULO ESCOLAR.

Em 2013, Malachen e Anjos publicaram, em periódico nacional, o texto denominado “O papel do currículo escolar no desenvolvimento humano: contribuições da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural”, no qual se propunham a “apontar as articulações existentes entre os fundamentos da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica, no que tange à questão dos conteúdos que devem compor o currículo escolar”. A consecução desse propósito se estrutura em três itens, a saber: “Pedagogia histórico-crítica e a concepção de currículo escolar”; “Pedagogia histórico-crítica e conteúdos escolares” e “Pedagogia histórico-crítica e psicologia histórico-cultural: a relevância dos conteúdos clássicos para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores”. Em todos esses itens destaca-se o cuidadoso resgate

dos conceitos de currículo escolar e conteúdos escolares, segundo a pedagogia histórico-crítica, como a pavimentar a discussão que se desenvolve no terceiro item proposto, de forma a evidenciar que:

A educação escolar, no seu papel de mediadora entre o cotidiano e o não cotidiano, tem em sua tarefa fulcral a transmissão dos conteúdos clássicos, sistematizados, conteúdos estes imprescindíveis à formação do pensamento por conceitos. Este é o ponto fulcral para o desenvolvimento do ser humano, para a inteligibilidade do real, pois, para Vygotski (2001, p. 214): “[...] a tomada de consciência vem pela porta dos conceitos científicos” e é a atividade consciente que nos difere dos demais animais. Daí a importância do papel do currículo escolar na formação histórico-cultural do ser humano. (MALACHEN; ANJOS, 2013, p. 128).

O texto de Malachen (2016), intitulado “As diferentes formas de organização e sistematização de um currículo a partir da Pedagogia Histórico-Crítica”, integra uma coletânea de cuja organização a autora participa ao lado de Pagnhocelli e Matos (2016). Segundo as organizadoras, os textos da coletânea se articulam como “resultado de pesquisas, estudos, debates e práticas pedagógicas de professores que participaram ativamente da elaboração e implementação do Currículo Escolar para a Rede de Ensino do Municípios de Cascavel (2008)”. No entanto, a autora revela que a questão norteadora de suas reflexões sobre o tema esteve presente também no processo de elaboração de sua tese de doutoramento (2014), constituindo-se em desafio de grande complexidade e para o qual as respostas não são definitivas. Cabe ressaltar, contudo, a importância da diferenciação feita entre a orientação preconizada pela Pedagogia Histórico-Crítica quanto à questão curricular e as demais perspectivas existentes.

Martins; Pasqualini (2020) participam, nesse texto, em particular, da discussão acerca do currículo escolar segundo a Pedagogia Histórico-Crítica, propondo-se a dar destaque aos “aspectos ontológicos, epistemológicos, ético-políticos e pedagógico”, tal como está expresso no título do referido texto, cujo objetivo é o de

apresentar elementos que corroborem sua compreensão [do currículo] como *meio* ou *ferramenta* do ato educativo a serviço do desenvolvimento omnilateral das pessoas – com destaque aos alcances abstrativos do pensamento, posto ser o desenvolvimento do pensamento rigorosamente abstrato uma das exigências que impõe ao ensino o enfoque histórico-crítico (MARTINS; PASQUALINI, 2020, p. 23).

Cumprido destacar que tal propósito se fez plenamente realizado, trazendo contribuições muitíssimo importantes sobre “a defesa do conhecimento teórico, entendido segundo a acepção materialista histórico dialética, como aquele capaz de responder à orientação ético-política de formar sujeitos capazes de compreender e analisar criticamente a realidade que vivemos, nela intervir de modo ativo e transformador” ((MARTINS; PASQUALINI, 2020, p. 35).

Ainda sobre questões relacionadas à organização curricular, Malachen; Santos (2020), publicam artigo, em periódico nacional intitulado: “Políticas e Reformas curriculares no Brasil: perspectiva de currículo a partir da Pedagogia Histórico-Crítica versus a Base Nacional Comum Curricular e a Pedagogia das Competências”. Poder-se-ia afirmar que se trata de um texto no qual, pela afirmação dos fundamentos da Pedagogia Histórico Crítica, as autoras se contrapõem àqueles que orientam a atual política curricular no Brasil. Dessa forma, esse segundo texto, igualmente relacionado à análise dos determinantes da organização curricular, prima pela crítica contundente aos propósitos também dessa política de currículo.

Também em 2020, foi publicado, em periódico nacional, o artigo escrito por Martins; Pina, intitulado: “Mercantilização da educação, escola pública e trabalho educativo: uma análise a partir da Pedagogia Histórico-Crítica”. Nesse caso, importa destacar a forma como os autores tratam a questão: a partir de seus determinantes mais amplos, até as implicações para a organização do trabalho escolar contemporaneamente, tal como se expressam os autores, desde o texto do resumo:

O presente texto se fundamenta no materialismo histórico e na pedagogia histórico-crítica para analisar o significado da mercantilização da educação e apreender suas repercussões nas escolas públicas do Brasil contemporâneo.

(...) O texto comprova que a mercantilização da educação deve ser entendida como um projeto político-ideológico da classe empresarial que se destina a reduzir o direito social à educação a mero serviço mercantil integrado à dinâmica do “mundo dos negócios”, envolvendo a produção da sociabilidade e o incremento do ciclo de reprodução do capital. Não obstante, esse projeto redefine o trabalho educativo: de ação intencional que se destina à formação de humanidade através da transmissão das formas mais desenvolvidas do conhecimento científico, filosófico e artístico à atividade voltada ao treinamento de competências consideradas úteis ao cotidiano dos estudantes. (MARTINS:PINA, 2020 s/p).

Observando o direcionamento dado a cada um dos cinco textos selecionados relativamente ao currículo sob a perspectiva histórico-crítica, salienta-se que o de Malachen; Anjos (2013) e o de Martins; Pasqualini (2020) são aqueles mais voltados à discussão dos fundamentos, quer da Pedagogia Histórico-Crítica, quer da Psicologia Histórico Cultural em relação ao currículo, em particular. A contribuição de Malachen (2016), traz as reflexões acerca das questões curriculares que perpassaram o processo de elaboração e implementação do Currículo Escolar para a Rede de Ensino do Municípios de Cascavel (2008). E os dois últimos Malachen; Santos (2020) e Martins; Pina (2020) tomam criticamente, a partir dos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, as orientações contemporâneas tanto sobre as políticas educacionais, quanto as de currículo.

OS TEXTOS SELECIONADOS: O QUE DIZEM SOBRE A AVALIAÇÃO

Foram localizados, no período considerado, três textos sobre avaliação sob a perspectiva da Pedagogia Histórico- Crítica. Os dois artigos publicados em periódicos nacionais datam de 2017 e 2020. O terceiro texto localizado consiste numa dissertação publicada em 2017.

Com relação à autoria dos textos sobre a avaliação sob a perspectiva histórico-crítica cabe destacar que Ana Carolina Galvão Marsiglia, se faz presente como coautora, junto com Giselle Modé Magalhães, na elaboração do artigo intitulado “Avaliação na

perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica” (2017), e, na dissertação elaborada por Tainara Pereira Castro, intitulada “Avaliação da Aprendizagem à luz da Pedagogia Histórico-Crítica: contribuições para formação de professores”, exerceu a orientação da elaboração da referida dissertação que tem como objeto de estudo a avaliação da aprendizagem na educação infantil.

Quanto ao propósito do artigo de Magalhães e Marsiglia (2017) as autoras esclarecem logo no início do resumo

O presente artigo trata do conceito de avaliação escolar na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. Apresenta-se neste trabalho uma contraposição à abordagem construtivista, expressa em documento oficial do MEC (“Orientações pedagógicas para a formação de educadoras e educadores”), bem como no da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (“Letra e Vida”). MAGALHÃES; MARSIGLIA (2017, p. 235).

Salvo melhor juízo, as autoras buscam sistematizar suas contribuições relativamente às orientações da Pedagogia histórico-crítica no item que finaliza o artigo, denominado de: “Em busca de uma concepção de avaliação histórico-crítica” (p. 243 -246).

No que tange à dissertação elaborada por Tainara Pereira Castro (2017), importa dar destaque às afirmações da autora, no texto do resumo, quanto aos objetivos específicos e aos resultados da investigação realizada:

Definimos como objetivos específicos: identificar a concepção de avaliação e os fundamentos epistemológicos mais predominantes nas produções acadêmicas encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); examinar os fundamentos epistemológicos que têm subsidiado as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil sobre a avaliação da aprendizagem escolar; elucidar as contradições presentes nas discussões sobre a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil.

Os resultados apontam duas contradições em torno das discussões sobre a avaliação na educação infantil: não percebemos, nos documentos analisados nem nos autores mais citados nas produções acadêmicas,

uma ruptura com o ideário defendido pela lógica neoliberal, mas sim um alinhamento a este. Tendo em vista a hegemonia de um discurso que se vincula ao ideário do “aprender a aprender”, outra contradição decorrente dessa aliança com o projeto neoliberal refere-se ao crescente esvaziamento dos conteúdos escolares, sejam eles históricos, artísticos ou filosóficos. CASTRO (2017,s/p.).

Considerando o conteúdo do trecho do texto de resumo destacado anteriormente, há importantes contribuições da autora tanto no que diz respeito ao levantamento e análise dos documentos e das produções acadêmicas relacionadas à avaliação da aprendizagem na educação infantil, quanto no que diz respeito à perspectiva teórica defendida.

Por fim, o texto de autoria de Marques e Santos (2020), tem por título: “Pedagogia Histórico-Crítica e avaliação externa: notas para a elaboração de uma avaliação emancipadora”. Consiste, ao que se indica no texto de resumo (p. 02), no enunciar a urgência da “reflexão e construção de formas de acompanhamento do ensino e da aprendizagem, considerando o enriquecimento da formação do gênero humano e seu potencial de transformação social”.

Salvo melhor juízo, os contributos do texto ora apresentado advêm tanto dos elementos que embasam a crítica à forma hegemônica do controle sobre resultados em testes padronizados, quanto do esforço em esboçar orientações em relação à uma outra concepção de avaliação, que atenda os princípios constitutivos da Pedagogia Histórico-Crítica.

Em síntese, poderia ser destacado o fato de que os três textos relacionados à avaliação sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica terem, em comum, o defrontar dessa orientação teórica com aquelas dominantes na definição das políticas educacionais vigentes: seja com o construtivismo no caso do texto de Magalhães; Marsiglia (2017); seja com “o ideário defendido pela lógica neoliberal” (também para educação infantil) nas palavras de Castro (2017, s/p.); ou, ainda, nas críticas feitas por Marques; Santos (2020) aos testes padronizados e ao controle por resultados.

OS TEXTOS SELECIONADOS: O QUE DIZEM SOBRE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

O artigo publicado por Mazeu (2014), configura-se como uma proposta orientadora para cursos de formação continuada de professores, formulada, originalmente em 1998, a partir dos pressupostos da pedagogia histórico-crítica, como resultado do trabalho coletivo de pesquisadores comprometidos com a continuidade desses estudos, como revela o conteúdo do item de apresentação do texto publicado: “o próximo passo desse grupo de pesquisadores é envolver professores da rede pública, através de um processo de formação continuada, de modo que esses estudos possam ser aprofundados a partir das necessidades e dos desafios do cotidiano da escola e da sala de aula”. (MAZEU, 2014, s/p).

O segundo dos quatro textos publicados em periódicos nacionais, no período considerado, relativamente à questão da formação de professores é o de autoria de Marsiglia; Martins (2013). Segundo as autoras o propósito do artigo está voltado a “apresentar algumas contribuições da pedagogia histórico-crítica para esse debate, levando em conta a concepção de ser humano, desenvolvimento e o papel da escola, em contraposição aos parâmetros atuais que produzem o esvaziamento e a desvalorização do professor e, conseqüentemente, da educação escolar” (p. 97). Tal orientação de contraposição entre “as contribuições da Pedagogia histórico-crítica” e os “parâmetros atuais” perpassa o texto todo, sendo reafirmado naquele que pode ser considerado o parágrafo conclusivo do texto elaborado pelas autoras:

Finalizamos esse artigo reafirmando a pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica comprometida com a educação para os filhos da classe trabalhadora. O processo ideológico de sedução aos ideários do “aprender a aprender” tem como uma de suas estratégias manter os professores no maior desconhecimento possível das alternativas teórico-metodológicas para a educação emancipadora (MARSIGLIA; MARTINS, 2013, p. 103).

O terceiro texto publicado, no período considerado, é de autoria de Saccomani; Coutinho (2015). O texto apresenta, em sua

estruturação, basicamente, dois itens: o primeiro destinado às indicações da história da formação de professores no Brasil, sendo que a última “atualização legal” observada data de 2006, não incluindo o longo e difícil processo de elaboração das normativas datadas de 2015, agora substituídas pelas de 2019 e 2020. No entanto, a marca temporal referida não compromete o desenvolvimento do segundo item da estruturação dos argumentos apresentados relativamente às concepções orientadoras dos projetos dominantes de formação de professores, até a normativa de 2006. Cabe destacar, contudo, que o conteúdo desse item se revela fortemente marcado pelas reflexões desenvolvidas por Saviani (2008), obra devidamente referenciada pelas autoras.

O debate acerca da relação entre teoria e prática também está presente no artigo de autoria de Nunes (2018), assim como as indicações relativas à superação das abordagens dicotômicas do tema, tal como o autor apresenta no texto do resumo do artigo.

O intuito desse texto é discutir as diferentes perspectivas sobre ser professor que subjazem diferentes práticas pedagógicas no cenário educacional, apontando as possibilidades e limites que apresentam, bem como suas características principais. Assim, discutiremos a prática pedagógica do ponto de vista da racionalidade técnica, que coloca o professor enquanto um instrumento de reprodução de teorias dadas a priori, construídas para além da sala de aula; a prática pedagógica a partir do paradigma da prática reflexiva, que enfatiza a importância do conhecimento tácito e coloca a prática como aspecto estruturante central da atuação docente; e, como contraponto, a prática pedagógica histórico-crítica, defendendo-a como possibilidade de superação da dicotomia entre teoria e prática, colocando-se como uma perspectiva efetivamente revolucionária e verdadeiramente emancipatória. (NUNES, 2018, p. 58).

Do conteúdo apresentado nos textos cujo tema abordado foi a formação de professores, pode-se considerar que nos textos tanto de Marsiglia; Martins (2013), quanto no de Saccomani; Coutinho (2015) houve ênfase nos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica para contra-argumentar as proposições de políticas de

formação de professores, então, analisadas. Nunes (2018), por sua vez, a partir do referencial da Pedagogia Histórico-Crítica, critica as proposições presentes na literatura acadêmica sobre formação de professores que reforçam a visão dicotômica entre teoria/prática. O texto de Mazeu (2014), traz como marca a organização de uma proposição para a formação de professores fundamentada pela Pedagogia Histórico-Crítica, formulada coletivamente por um grupo de pesquisadores que pretende aperfeiçoá-la como decorrência da organização de processos de formação continuada junto a professoras da rede pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como finalidade apresentar os resultados de um levantamento de textos acadêmicos relacionados à organização do trabalho pedagógico na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica no período 2010–2020, cuja proposição decorre dos resultados obtidos em uma pesquisa relacionada à produção acadêmica sobre organização do trabalho pedagógico sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, encerrada, que reafirmou a, já constatada, crescente produção acadêmica sobre a Pedagogia Histórico Crítica incluídos a organização do trabalho pedagógico e o ensino dos conteúdos escolares.

Após dar destaque ao conteúdo dos resumos e à estruturação argumentativa dos artigos dos dez artigos acadêmicos, publicados em periódicos nacionais, de um capítulo de livro e de uma dissertação de mestrado, categorizados segundo três consideradas dimensões da organização do trabalho pedagógico: currículo (quatro artigos e um capítulo de livro), avaliação (dois artigos e uma dissertação de mestrado) e formação continuada de professores (quatro artigos), buscou-se, de forma sumariada, dar destaque ao que havia de comum no conteúdo dos artigos em relação aos propósitos enunciados, pelos autores.

Em decorrência, observou-se, primeiramente, que no direcionamento dado aos textos selecionados relativamente ao currículo sob a perspectiva histórico-crítica, o de Malachen; Anjos (2013) e o de Martins; Pasqualini (2020) dedicaram-se à discussão dos fundamentos, quer da Pedagogia Histórico-Crítica, quer da Psicologia

Histórico Cultural em relação ao currículo, em particular. Malachen (2016), por sua vez, traz as reflexões acerca das questões curriculares que perpassaram o processo de elaboração e implementação do Currículo Escolar para a Rede de Ensino do Municípios de Cascavel (2008). E nos dois últimos textos, Malachen; Santos (2020) e Martins; Pina (2020) tomam criticamente as orientações contemporâneas tanto sobre as políticas educacionais, quanto as de currículo, a partir dos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica.

Os três textos relacionados à avaliação sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica têm, em comum, o defrontar dessa orientação teórica com aquelas dominantes na definição das políticas educacionais vigentes: seja com o construtivismo no caso do texto de Magalhães; Marsiglia (2017); seja com “o ideário defendido pela lógica neoliberal” (também para educação infantil) nas palavras de Castro (2017, s/p.); ou, ainda, nas críticas feitas por Marques; Santos (2020) aos testes padronizados e ao controle por resultados.

Por fim, quanto à formação de professores, pode-se considerar que nos textos tanto de Marsiglia; Martins (2013), quanto no de Saccomani; Coutinho (2015) houve ênfase nos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica para contra-argumentar as proposições de políticas de formação de professores, então, analisadas. Nunes (2018), por sua vez, a partir do referencial da Pedagogia Histórico-Crítica, critica as proposições presentes na literatura acadêmica sobre formação de professores que reforçam a visão dicotômica entre teoria/prática. O texto de Mazeu (2014), traz como marca a organização de uma proposição para a formação de professores fundamentada pela Pedagogia Histórico-Crítica, formulada por um grupo de pesquisadores, que busca aperfeiçoá-la.

Considerando a argumentação precedente sobre os aspectos comuns no conteúdo dos artigos identificados, no período considerado, em relação aos propósitos enunciados, pelos autores, verificou-se que: 1. na maioria dos casos, ainda que de forma diferenciada, está presente a explicitação dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica, orientando a contribuição dos autores; 2. importante parcela dos textos, independente da categoria atribuída, traz à tona a análise crítica das orientações presentes nas políticas educacionais (currículo, avaliação e formação de professores) tomando sempre como referência os fundamentos da

Pedagogia Histórico-Crítica; e 3. mostra-se diversificado o grau de elaboração propositiva apresentado.

Esse trabalho de levantamento da produção acadêmica sobre a organização do trabalho pedagógico sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica deve ter continuidade, tendo em vista a produção acadêmica que sucedeu as comemorações dos 40 anos de existência da referida pedagogia, em 2019, que envolveu, por exemplo, a publicação, em 2021, da coletânea organizada por Galvão *et al*, intitulada “Pedagogia Histórico-Crítica: 40 anos de luta por escola e Democracia”. Essa coletânea, publicada em dois volumes, oferece uma vasta gama de artigos, destacando-se dentre eles os destinados às reflexões sobre o ensino de conteúdos escolares sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, podendo ser considerada rica expressão da continuidade da produção acadêmica que já vinha crescendo na última década.

REFERÊNCIAS

CASTRO, T. P. **Avaliação da Aprendizagem à luz da Pedagogia Histórico-Crítica**: contribuições para formação de professores. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, 2017, 148 f. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8611/1/tese_11382_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20TAINARA.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2018.

COUTINHO, C. N. A democracia na batalha das ideias e nas lutas políticas no Brasil de hoje. In: FÁVERO, O. *et al* (Orgs). **Democracia e a construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 2002, p. 11-39.

DUARTE, N. O Currículo em tempos de obscurantismo beligerante. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 2, n. 11, p. 139-145, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2018v2n11.39568>>. Acesso: 26 fev. 2019.

DUSI, C. S. C. O. **Os efeitos da gestão para resultados na educação**: uma análise das políticas públicas educacionais de sete estados brasileiros. Tese (Doutorado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de

Janeiro, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Rio de Janeiro, 2017. 274f. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/31297/31297.PDF>> . Acesso em: 22 abr. 2018.

FERNANDES, F. **A transição prolongada**: o período pós-constitucional. São Paulo, Cortez,1990.

FREITAS, L. C. de. **Reforma empresarial da educação**: nova direita, velas ideias. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

GALVÃO, A.C.; SANTOS JÚNIOR, C. de L.; COSTA, L. Q. ; LAVOURA, .N. (Orgs). **Pedagogia Histórico-Crítica**: 40 anos de luta por escola e democracia. Campinas, SP., Autores Associados, 2021.

HIPÓLITO, A. M. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação: Teoria e Prática**, v.21, n.38, p.59-78, 2011. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/5265>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

IANNI, O. A política mudou de lugar. **São Paulo em perspectiva**, v. 11, n. 3, p. 3-90, 1997.

MAGALHÃES, G. M. ; MARSIGLIA, A. C. G. Avaliação na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 15, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9354>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

MALANCHEN, J.; ANJOS, R. E. dos. O papel do currículo escolar no desenvolvimento humano: contribuições da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 118-129, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9704>> . Acesso em: 02 out. 2017.

MALANCHEN, J. A pedagogia histórico-crítica e o currículo: para além do multiculturalismo das políticas curriculares nacionais. 2014. 234 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115677>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

MALACHEN, J. As diferentes formas de organização curricular e a sistematização de um currículo a partir da Pedagogia Histórico-crítica. In: **O trabalho Pedagógico nas disciplinas escolares**: contribuições a partir dos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica. PAGNHOCELLI, Claudia; MALACHEN, Júlia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de. (Organizadoras), Uberaba, Navegando.com. 2016, p 13-48. Disponível em: <<https://www.editoranavegando.com/livro-julia>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

MALACHEN, J.; SANTOS, S. A. dos. Políticas e reformas curriculares no Brasil: Perspectiva de currículo a partir da Pedagogia Histórico-Crítica versus a Base Nacional Comum Curricular e a Pedagogia das Competências. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.20 1-20 e 0200172020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8656967>> . Acesso em: 25 jan. 2021.

MARQUES, H. J.; SANTOS, F. A. Pedagogia Histórico-Crítica e avaliação externa: notas para a elaboração de uma avaliação emancipadora. **Revista Educere et Educare**, Vol. 15, N. 35, abr./jun.2020. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/24267>> . Acesso em: 22 mar. 2021.

MARSIGLIA, A. C. G. A pedagógica na perspectiva da pedagogia histórico-crítica prática In: MARSIGLIA, A. C. G. (org.) Associados, 2011.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: 30 anos. Campinas: Autores

_____. A. C. G. Origem e desenvolvimento da Pedagogia Histórico-Crítica: contribuições para educação brasileira. **Anais: X Seminário Nacional do HISTEDBR**, Campinas, 18 a 21 jul. 2016, vol. 30, p. 1986-2016. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/pdf/887-2711-1-pb.pdf>> . Acesso em: 31 mar. 2017.

_____. A. C. G., MARTINS, L. M.. Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a formação de Professores. **Germinal**: Marxismo e

Educação em Debate, Salvador, v. 5, n. 2, p. 97-105, dez. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/125067/ISSN2175-5604-2013-05-02-97-105.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

MARTINS, L. M. ; PASQUALINI, J. C. O currículo escolar sob o enfoque histórico-crítico: aspectos ontológico, epistemológico, ético-político e pedagógico. **Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente - SP, v. 31, n.esp.1, esp.022020, p.23-37, dez. 2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/8280-30192-3-PB.pdf>> . Acesso em: 10 fev. 2021.

MARTINS, A. S.; PINA, L. D. Mercantilização da educação, escola pública e trabalho educativo: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, p. e020052, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657754>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MAZZEU, F. J. C. Uma proposta metodológica para formação continuada de professores na perspectiva histórico-social. Campinas, **Cad. CEDES**, vol. 19. n. 44, abr. 1998. Disponível em:<<https://artenocampo.files.wordpress.com/2014/11/mazzeu-propostametodolc3b3gica.pdf>> . Acesso em: 17 mai. 2019.

NUNES, R. L. Diferentes perspectivas sobre ser professor: a prática pedagógica sob a ótica da racionalidade técnica, do paradigma da prática reflexiva e da pedagogia histórico-crítica. **Revista Saber Acadêmico**, nº 25, p. 58-72, 2018. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20181113151822.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.

OLIVEIRA, F. de. **Brasil**: uma biografia não autorizada. São Paulo, BOITEMPO, 2018.

O trabalho Pedagógico nas disciplinas escolares: contribuições a partir dos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica. PAGNHOCELLI, Claudia; MALACHEN, Júlia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de. (Organizadoras), Uberaba, Navegando.com. 2016. Disponível em:

<<https://www.editoranavegando.com/livro-julia>> . Acesso em: 18 jun. 2018.

RAIMANN, E. G.; CHAVES, S. R. A gestão gerencial e seus desdobramentos na educação pública estadual de Goiás. **Lapage em Revista** , vol.6, n.2, p.137-148, mai.-ago. 2020. Disponível em:<<https://lapageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/510>>. Acesso em: 24 jul.2021.

SACCOMANI, M. C. da S.; COUTINHO, L. C. S. Da formação inicial à formação continuada: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica na busca por uma formação humanizadora. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 233-242, jun. 2015. Disponível em:<<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12433>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SANTOS, J. M. T. P. Conselhos Escolares: evidências empíricas e proposições de aprimoramento. **Anais do V Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, VIII Congresso Brasileiro de Políticas e Administração da Educação. Política e Gestão da Educação: Discursos globais e práticas locais**. Goiânia, Goiás, 14 a 16 de setembro de 2016, s/p. Disponível em: <https://anpae.org.br/iberoamericano2016/publicacao/cntnt/artigos/eixo_1/E1_A050.html>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SAVIANI, D. O sentido da Pedagogia e o papel do pedagogo. Revista **ANDE**, São Paulo, n. 09, p. 27-28, 1985.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 9ª. ed. Campinas, SP., Autores Associados, 2005.

_____. Pedagogia: o espaço da educação na Universidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 99-134, jan./abr. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/6MYP7j6S9R3pKLXHq78tTvj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas, SP. Autores Associados, 2008.

_____. Antecedentes, origens e desenvolvimento da pedagogia Histórico-crítica. In: **Pedagogia histórico-crítica: 30 anos**. MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (org.), Campinas, SP., Autores Associados, 2011, p. 197-225.

_____. Origem e desenvolvimento da Pedagogia Histórico-Crítica. Exposição na Mesa Redonda "Marxismo e Educação: Fundamentos Marxistas da Pedagogia Histórico-Crítica" **Anais: VII Colóquio Internacional Marx e Engels**, IFCH-UNICAMP. Jul. 2012. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/Demerval%20Saviani.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015.

_____. O papel do pedagogo como articulador do Trabalho Pedagógico na sociedade do capital Palestra, Cornélio Procópio PR. 2012. Disponível em: <<http://www.ccp.uenp.edu.br/noticias/2012/1204/n101-040.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular. Movimento Revista de Educação. Rio de Janeiro, ano 03, n. 04, p. 54-84, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: quadragésimo ano. Campinas, SP., Autores Associados. 2019.

SILVA, S. P. da. **O processo de implementação das políticas educacionais e repercussões nas formas de gestão da escola e no processo de ensino-aprendizagem**: o Pacto pela Educação em Goiás. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014. 249 f. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/709/1/SIMONIA%20PERES%20DA%20SILVA.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

SILVA, M. E. **Redes de Influência em Mato Grosso – o Estado e as Parcerias Público-Privadas e a Reconfiguração da Política Educacional na Rede Estadual de Ensino**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade

Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. 194 f. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4400>>. Acesso em: 29 set. 2019.

SILVA, L. G. A. da. Novos parâmetros de gestão na escola pública: o perfil e os sentidos meritocráticos contidos no processo de reforma educacionais na rede pública estadual de Goiás. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 13, n.22. junho de 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/66495>> . Acesso em: 30 de mar. 2020.

VEIGA, I. P. A.: SILVA, E. F. da. (Orgs.). **Ensino Fundamental: Da LDB à BNCC**. Campinas, Papirus, 2018.